

Pensamento, cultura e educação política no Brasil: algumas reflexões e propostas

RODRIGO ESTRAMANHO DE ALMEIDA

■ Nesse ensaio tentaremos desenvolver, de forma sintética, algumas reflexões e propostas relacionadas à debatida necessidade do desenvolvimento de atividades de educação política no Brasil e a afirmação corrente de que só ações do tipo seriam capazes de fazer superar a histórica defasagem que o brasileiro comum enfrenta na busca da compreensão sobre questões de ordem política; ainda: que um programa de educação política eficiente contribuiria de maneira decisiva na superação de atitudes e comportamentos que, no senso comum, revelam, ora desprezo, ora desinteresse, senão mesmo aversão, a questões cotidianas da política.¹

Nesse sentido, a fim de perscrutar algumas hipóteses de ‘como’ se pensa a política no País, ensaiaremos alguma caracterização da cultura política nacional, suas relações com o que Octávio Ianni (2002) chamou ‘tipos’ e ‘mitos’ do pensamento brasileiro ancorados na produção intelectual contemporânea, bem como relacionaremos essas ponderações com aspectos da atualidade e com os objetivos da educação política.

Esse roteiro crítico sugere que é preciso pensar constantemente o processo e os conteúdos de ações de educação política para não incorrer no que parece ser reiterado no senso comum e numa certa linha de reflexão sobre e da produção intelectual brasileira: a ideia de que o cidadão brasileiro médio não possui o cabedal de informações necessário para viver a democracia, entre outras ideologias que fazem refletir pouco sobre ‘como’ o brasileiro – mormente os mais jovens que,

1 Sobre esse aspecto ver Dantas, 2010. Ainda, é bastante sugestiva uma entrevista de Renato Janine Ribeiro por Daniel Buarque em março de 2015 que está disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/28/brasil-precisa-de-educacao-politica-disse-janine-dias-antes-de-nomeacao.htm>>> Acessado em fev. de 2016.

em geral, são o público-alvo de atividades de educação política – pensa e vive a política.

Destarte, por trás dessa concepção, parece haver um equívoco, qual seja o de deixar de considerar que o processo de formação da cultura política no Brasil está, de certa forma, ancorado em uma proposição que subjuga a capacidade do cidadão de refletir sobre os problemas de ordem cotidiana por meio de uma gramática que guarda relações com diagnósticos generalizantes fartamente reproduzidos pelo pensamento brasileiro e absorvidos, em outros termos, pelo senso comum. Ainda, devemos considerar que eventos recentes na política e nas mobilizações nacionais somam novos ingredientes ao problema.

Assim, nossa sugestão é de que é preciso desatar os nós de certas concepções típicas e míticas da política nacional para avançar na composição de um programa de educação política mais conveniente e, por isso mesmo, menos assimétrico. Isto é, fazer dialogar, a contrapelo, o senso comum sobre política com questões históricas, éticas e institucionais, desconstruindo alguns lugares comuns que, muitas vezes, ações de educação política, pensamos, podem, ao privilegiar a ideia de sua necessidade antes de seu lugar, acabar por reforçar.²

EDUCAÇÃO E CULTURA POLÍTICAS

■ Atividades de educação política são cada vez mais comuns no Brasil e podem ser consideradas uma prática de pesquisa e intervenção de profissionais das humanidades, sobretudo de educadores e cientistas sociais.³ Esta prática, entretanto, não possui uma regulamentação educacional específica, tampouco está definida como disciplina que deva ocupar o currículo formal de ensino, mas está prevista de forma transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que propõem que o objetivo do ensino de política é o de:

ampliar a concepção de política, entendida como algo também presente no cotidiano, e permitir uma reflexão sobre as relações de poder, que estruturam o contexto social brasileiro atual. Ampliar a noção de política, enquanto um processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade permite ao aluno, por um lado, perceber como o poder se evidencia também nas relações sociais

2 Algo do assunto foi abordado por Almeida; Dantas, 2015.

3 Duas recentes iniciativas editoriais relatam casos, experiências e intervenções pedagógicas em Educação Política. Trata-se do *Cadernos Adenauer*, a. 11, n. 3 de agosto de 2010 e *Revista E-Legis*, n.7 de 2011.

cotidianas e nos vários grupos sociais com os quais ele próprio se depara: a escola, a família, a fábrica etc. E por outro, dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto uma prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação. Até mesmo porque negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação nos diversos espaços da sociedade. (MEC, 1999, p. 41)

Para além da orientação dos PCNs, caracterizamos atividades de educação política como aquelas ações de caráter didático-pedagógico, desenvolvidas para os mais diversos públicos, mormente o de jovens, que visa a transmissão do conhecimento e da informação para o estabelecimento do debate sobre questões de ordem teórica sobre política, valores democráticos, ética, cidadania, bem como a abordagem de assuntos relacionados a história política e ao funcionamento da instituições e sua relação com a representação e a participação políticas.

Ações de educação política podem ser implementadas de forma transversal a outros conteúdos escolares formais, ou – o que é mais comum no caso brasileiro – ocupar o calendário de ações de formação de instituições públicas e/ou privadas ou de entidades ou organizações da sociedade civil organizada. Ainda, com o advento das Escolas do Legislativo⁴, não é incomum a presidência das câmaras municipais e estaduais organizarem, ou até mesmo formar departamento específico, atividades de formação ou educação política abertas livremente para o conjunto da sociedade. Outros órgãos de governo também têm se ocupado na promoção de ações dessa espécie e não são raros os partidos políticos e as organizações da sociedade civil que promovem sistematicamente atividades do tipo.⁵

Em geral, o objetivo de atividades de educação ou formação política, expressos em programas ou na opinião de seus promotores estão quase sempre voltadas a uma ideia prévia de que o cidadão brasileiro necessita de melhor preparo para viver o sistema representativo e os imperativos políticos colocados pela vida comunitária. Depreende-se daí que a educação política é algo fundamental no fortalecimento da democracia e na transformação/valorização da representação e da participação na cultura política do brasileiro.

Por cultura política entendemos as expressões subjetivas dos indivíduos em relação às instituições e processos da vida nacional. Diz respeito, portanto, a

4 Sobre Escolas do Legislativo e seu papel na educação política há conteúdo no site da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo. <http://www.portalabel.org.br>>> Acessado em fev. 2016.

5 Idem a nota 4.

como pensamos e representamos simbolicamente o País e, porque não dizer, nós mesmos, em opiniões e atitudes que se desdobram em comportamentos.

A cultura política está expressa em quase tudo que seja representação artística, discursiva e institucional. É possível encontrar indícios da cultura política brasileira nos quadros de Pedro Américo, nos romances de Machado de Assis, nos famosos ensaios sobre a formação do Brasil, nas personagens e tramas das novelas de televisão, no perfil dos poucos ‘heróis nacionais’, no resultado das pesquisas de opinião, nos artigos jornalísticos, na produção acadêmica, na ideia que fazemos da carreira pública, dos órgãos de Estado etc.

De modo geral, tudo que é resultado da ação que objetiva, de algum modo ou forma, refletir sobre o país, sua formação, desigualdade, grandeza, a qualidade de seus serviços, instituições etc., pode, se colocado sobre o prisma da cultura política, ser bom objeto em análises nas quais se busca desvelar o “conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (Carneiro; Kuschmir, 1999, p. 227)

Esse conceito multidisciplinar que alia conhecimentos da antropologia, da sociologia e da psicologia foi cunhado nos anos 1960 por Gabriel Almond e Sidney Verba no livro *The Civic Culture* no qual, apesar de orientar as conclusões em um sentido normativo cuja base de referência seria a democracia estadunidense, os autores definiram a cultura política como “expressão do sistema político de uma determinada sociedade nas percepções, sentimentos e avaliações de sua população” (Almond; Verba, 1963, p. 13)

Ora, quais os sentimentos, percepções e avaliações de senso comum do brasileiro sobre política? Para responder a essa pergunta podemos recorrer às frases recorrentes nas conversas cotidianas entre cidadãos que sugerem que política não é uma esfera da vida a qual se deva muita valorização. Pelo contrário, essa seria a seara típica dos oportunistas, enganadores, demagogos e de todo tipo de prática onde os fins justificam os meios. Haja visto que na própria elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, alhures citado, o objetivo da educação política deva ser “dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto uma prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação.” (MEC, 1999, p. 41)

Para reforçar esse argumento vale lembrar algumas expressões cotidianas de veras conhecidas: “política é coisa de bandido”; “é só cercar Brasília que ela vira um presídio”; “é tudo culpa dos políticos”; até a famosa e representativa “política, religião e futebol não se discute” que é reveladora de uma cultura política, con-

traditoriamente, pelo menos em superfície, adversa à política. A isso se soma as conhecidas alegorias que projetam o país como “atrasado” e onde “tudo demora a acontecer”, ou ainda imperam as desigualdades e a vontade das elites, além, é claro, do famigerado “jeitinho brasileiro” resultado da indolência e da malandragem das gentes, única saída para sobrevivência em um ambiente onde reina a “pilantragem”, a “roubalheira” e onde política é, enfim, sinônimo de vantagem e corrupção dos que governam. Em tempo, vale lembrar, a incansavelmente repisada ideia de que os males políticos do Brasil advêm de uma especificidade nacional na qual as esferas pública e privada da vida estão promiscuamente imbricadas, como se isso não ocorresse em outras nações.⁶

Daí que nessa concepção geral sobre política no Brasil, “eles”, os políticos, são algozes, e “nós”, o povo, não passamos de vítima. A representação é tida, pois, mais como dever do que como direito. Afinal o voto é obrigatório. Nesse campo da representação política as frases de senso comum que revelam muito de como pensa a política no País não são, também, muito animadoras: “o brasileiro não sabe votar”; “cada povo tem o governo que merece”, etc.

Frente a essas afirmações cotidianas, alegorias da imagem e da autoimagem que se projeta sobre a esfera política da vida, fica a impressão de que, embora nos vejamos como vítimas, há uma parcela de culpa, de responsabilidade do povo nos resultados da política nacional. Afinal, vivemos em uma democracia e, a despeito do que isso de fato signifique, a ideia de representação, de escolha do governante, é mais do que apurada para grande parte dos brasileiros. A frase “somos nós que colocamos eles lá”, ou “o povo precisa aprender a votar” são, ao mesmo tempo, certa *mea culpa* com consciência do valor do voto.

Sobre esse aspecto uma recente pesquisa do Ibope revelou que 50% dos brasileiros concordaram com a afirmação de que o país onde vive é governado de acordo com a vontade da população e que 73% acreditam que a democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo.⁷ Outra levantamento, realizado em janeiro de 2016, pelo mesmo instituto, registrou que apenas 14% dos entrevistados acham que o Brasil está no rumo certo.⁸ Por esses dados percebemos que a cultura política vigente valoriza a democracia e assume em parte uma cer-

6 O sociólogo Jesse Souza tem provocado instigante debate sobre temas correlatos com interessante e fundamentada pesquisa. Seus argumentos, lastreados com debate teórico e ampla pesquisa empírica, vão muito além e em outra direção que os nossos. Ver em Souza, 2015.

7 Verem: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/apesar-dos-problemas-democracia-e-o-melhor-sistema-de-governo-apontam-brasileiros/>>> Acessado em fev. 2016.

8 Ver em: <http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/oito-em-cada-dez-brasileiros-acham-que-pais-esta-no-rumo-errado/>>> Acessado em fev. 2016.

ta responsabilidade para com os rumos do país. Em todo caso não é desprezível o percentual de indivíduos (22%) que desconfia do sistema democrático e mais ainda os 70% que dizem que o país está no rumo errado – o que pode ser conjuntural (o rumo) em face de um valor mais amplo e pleno (a democracia).

O Índice de Confiança nas Instituições de 2015⁹ registrou, em uma escala onde 100 indica “muita confiança”; 66 “alguma confiança”; 33 “quase nenhuma confiança” e; o “nenhuma confiança”, que quase todas as instituições relacionadas diretamente à política ficam abaixo do nível de confiança positivo. Os partidos políticos alcançaram 17 pontos, o Congresso Nacional, 22, o Governo Federal, 30 e o Sistema Eleitoral 33 pontos de confiança – tais números são os piores da série histórica anual que começou em 2009. Com níveis de confiança acima de 60 pontos figuram apenas as forças armadas (63), as igrejas (71) e o corpo de bombeiros (81). Leia-se, em poucas palavras e a título de provocação, que o brasileiro confia muito mais na ‘autoridade’, na ‘fé’ e no ‘socorro’, do que nos deputados e senadores, na presidência, nos ministros e nas eleições. Aliás, sobre essas últimas, surpreende que mesmo totalmente informatizado e com a divulgação plena e quase automática de resultados, o sistema eleitoral apresente tanta desconfiança. Estaria aí um mecanismo talvez de ‘redução de culpa’ quase como se disséssemos “não que não saibamos votar, mas assim como tudo que é sinônimo de política no Brasil, as eleições não são confiáveis.” Eles, “os políticos, controlam as eleições e estão, pois, fraudando e interferindo no resultado delas”. Mais uma vez é a ideia de vítima que é projetada.

Esse é, grosso modo, o caráter geral da cultura política no País: algo entre uma atitude refratária, de responsabilização do outro, desconfiada das instituições representativas, embora esperançosa com a democracia, mas, em todo caso, vitimada pelo descaso e pela corrupção. Em suma: o cidadão parece ser sinônimo de vítima e o político de enganador e, para o senso comum, o brasileiro parece não saber votar e por isso o país é atrasado e caminha no rumo errado. Seria isso?

Essas alegorias reunidas aqui, ao sabor da memória, no campo empírico do imaginário brasileiro não carecem de citação que as comprovem, pois elas podem ser ouvidas nas ruas, nas praças, nos almoços em família, nas reuniões de amigos, nas filas de supermercados e em salas de aula no ensino médio ou na universidade. Nessa discussão não demora, sobretudo quando em nível especializado, a relação mecânica entre os males do Brasil e a via Ibérica da colonização. Passados quase 200 anos da independência ainda há quem afirme que o fardo legado de

9 http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf>> Acessado em fev. 2016.

Portugal – monocultura agroexportadora, escravidão, sistema de produção baseado no exclusivo agrário do grande latifúndio, desigualdade social, manutenção da rede de privilégios dos de cima, subserviência, ausência da cultura de participação e de instituições políticas democráticas, códigos e regimentos jurídicos herméticos e confusos, entre outras dezenas de tópicos herdados do passado colonial – é tido como elemento de fundamental importância ou mesmo causa histórica direta dos atuais efeitos que atrelam o país aos seus problemas sociais, políticos e econômicos.

Essa ideia penetrou em uma certa concepção de história do Brasil e, embora muito combatida pela historiografia séria, alcançou livros e salas de aula. A ideia de país atrasado vem quase sempre atrelada ao passado Ibérico, e isso revela muito como a cultura política brasileira está, senão ancorada, ao menos identificada com etapas pretéritas, profundas do subconsciente nacional, que responsabilizam os colonizadores pela situação pós-colonial.

Ora, o reforço desse tipo de imagem da política projetada no senso comum não se criou apenas nas ruas e nos debates informais em filas de bancos e supermercados. A *intelligentsia* brasileira desenvolveu desde seus primeiros escritos um quase fascínio pela temática da formação do país identificando nesta os males que impõem obstáculos políticos, econômicos e psicossociais ao futuro. O próximo tópico dedica-se a alguma compreensão do assunto.

○ PENSAMENTO SOCIAL E A CULTURA POLÍTICA

■ O pensamento social brasileiro reiterou ao longo de sua produção uma série de alegorias que investidas em conceitos e tipologias contribuíram na compreensão e, ao mesmo tempo, na consolidação e permanência de certos mitos inerentes à formação do povo e, conseqüentemente, do país.

A despeito de que muito do que se produziu, principalmente a partir dos ensaios históricos sociológicos dos anos 1930, tenha passado e ainda passa por diferentes matizes de leitura e interpretação, é patente o argumento de que se por um lado os diversos escritos e teorias sobre a formação e destino do Brasil contribuíram de modo decisivo para a compreensão de traços da identidade e da cultura política nacionais, por outro é também coerente o argumento de que essa produção consolidou tipos e tipologias que “desdobram-se em mitos e mitologias” (Ianni, 2002, p. 180). Esses tipos e tipologias “que povoam o pensamento social brasileiro, em suas versões científicas, literárias e dos diferentes setores sociais, em

suas atividades e fabulações, é que levam consigo uma forte conotação cultural, com acentuados ingredientes psicossociais.” (Ianni, 2002, p. 181)

Esses tipos e mitos aos quais se refere Octávio Ianni estão presentes na literatura e nos ensaios de formação encarnados em personagens ou em elaborações teóricas que, fartamente difundidos, foram como que se amalgamando a nossa própria autoimagem, a nossa identidade e, porque não dizer, a nossa cultura política. Tal como registra o sociólogo:

Aí entra o “homem cordial”, no sentido de fortemente determinado pelas emoções, a subjetividade, o coração (córdis), um tanto alheio ou mesmo avesso ao “racional”. Aí também entram o “bandeirante”, o “índio”, o “negro”, o “imigrante”, o “gaúcho”, o “sertanejo”, o “seringueiro”, o “colonizador”, o “desbravador”, o “aventureiro”, “Macunaíma”, “Martim Cererê”, “João Grilo”, a “preguiça”, a “luxúria”, “Jeca Tatu”, as “três raças tristes”, a política de “conciliação”, a tese das “revoluções brancas”. Assim também florescem as figuras e as figurações, os mitos e as mitificações de “Lampeão”, “Padre Cícero”, “Antonio Conselheiro”, “Tiradentes”, “Zumbi” e outros, reais e imaginários. São muitos os tipos e os mitos que povoam os estudos e as narrativas, as realidades e as fantasias, compondo uma vasta cartografia. (Ianni, 2002, p. 181)

Assim, dos personagens dos romances românticos aos modernistas, passando pelos ensaios que tiveram por objetivo interpretar a formação do Brasil, perseguindo as características e peculiaridades de nossa tez política e social é que, paulatinamente, fomos construindo uma elaboração cujo substrato é formado por um conjunto de teses que, independentemente da linha teórica adotada, acabam por repetir tópicos de diferentes modos, guiados como que por um fascínio, qual seja: responder o que é o Brasil e qual o seu destino.

Em linhas gerais essas muitas acepções sobre a formação do País podem ser encontradas nas principais ‘obras para conhecer o Brasil’, entre elas as consagradas interpretações dos anos 1930: *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982); *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr. (1907-1990) e; *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre (1900-1987); bem como *Os donos do poder* (1958) de Raymundo Faoro (1925-2003); *A revolução burguesa no Brasil* (1975) de Florestan Fernandes (1920-1995) e; *O povo brasileiro* (1995) de Darcy Ribeiro (1922-1997).

Repare-se que desde os anos 1930 – marco indispensável para a modernização política, econômica e social do país – não cessaram as tentativas de ensaiar macro interpretações sobre (parafrazeando o subtítulo do último livro da lista

supracitada) *a formação e o destino do Brasil*. Pensar o país, sua gênese, processo e futuro parece constituir um fascínio dos intelectuais brasileiros. Recentemente o professor Luiz Carlos Bresser-Pereira também se inscreveu nessa corrente publicando o *A construção política do Brasil* (2015).

Ainda segundo Ianni, dessas várias formas de “explicar o Brasil” resulta uma “polifônica e policrônica cartografia do imaginário brasileiro” (Ianni, 2002, p. 179) que o autor resume em cinco pontos:

- a) No Brasil, o Estado constitui a sociedade civil, já que esta seria pouco organizada, dispersa, gelatinosa, de tal maneira que o Estado se constitui em demiurgo da sociedade, realizando a sua articulação e direção, promovendo a mudança e tutela, sempre de conformidade com o descortínio das elites.
- b) O Brasil seria um país cuja história está amplamente determinada pelos movimentos e exigências dos mercados externos, desde o colonialismo e o imperialismo ao globalismo, definindo-se por diferentes modalidades de sua inserção dos mercados externos.
- c) O Brasil é visto como um país patriarcal, marcado pelo patriarcalismo que se forma e desenvolve no curso dos séculos de escravismo, com desdobramentos no coronelismo, caciquismo, oligarquia; tudo isso no âmbito de algo denominado lusotropicalismo, sem esquecer a contínua e reiterada associação, mescla ou confusão entre o privado e o público.
- d) O Brasil se singulariza por ser uma “democracia racial”, a despeito dos séculos de regime de trabalho escravo e da forma pela qual são tratados prática e ideologicamente o índio, o negro, o árabe, o japonês, o polonês e outros, indivíduos e coletividades deste singular “laboratório racial”.
- e) O Brasil tem sido visto como um país que se destaca por sua “história incruenta”, uma história de “revoluções brancas”, na qual floresce a “democracia racial”, tudo isso “lusotropical”.

Aos tópicos de Ianni, podemos somar um diagnóstico que se repete aqui e acolá nas teses sobre o Brasil e que reforça o caráter deficitário do País quando do enfrentamento e superação de seus problemas políticos, econômicos e sociais. Trata-se da ideia da modernização e do desenvolvimento. Nessa acepção está contido o argumento de que a superação das desigualdades sociais está diretamente relacionada a capacidade de crescimento e desenvolvimento produtivo e tecnológico do País que, uma vez tendo alcançado o relógio dos países centrais, estaria habilitado a resolver os problemas de ordem social por meio de ampla distribui-

ção de recursos que poriam fim aos enclaves criados pela situação de subdesenvolvimento e/ou pela condição periférica.

Ora, totalmente correto ou não o diagnóstico o fato é que ele depende, necessariamente, da precedente conclusão de que o País é atrasado, pois nada que assim não o fosse, precisaria de ‘modernização’. Essa insistente diagnose do atraso será reforçada pela mídia e pelo economês de jornal desde o período democrático (1945-1964), sendo reforçado nos sucessivos planos nacionais de desenvolvimento do regime militar, chegando de forma vigorosa na década atual com a emblemática sigla PAC. De lá para cá não foram poucos os candidatos e governos que fizeram bandeira com a promessa da planificação econômica que levaria ao crescimento e desenvolvimento do país.

Destarte, planos econômicos são, também, espécie de fascínio dos governos e dos intelectuais que, independentemente de suas linhas teóricas e ideológicas e dos diferentes percursos – ora mais, ora menos liberais – para eles os criaram com o objetivo do crescimento e desenvolvimento econômicos: Plano Salte no governo Dutra; Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek; Plano Trienal no governo Goulart; Plano de Ação Econômica do Governo na presidência de Castelo Branco; o I e II Plano Nacional de Desenvolvimento nos governos de Médici e Geisel sucessivamente; os diversos planos de tentativa de contenção da inflação nos governos Sarney e Collor; o plano Real de Fernando Henrique Cardoso; o conjunto de políticas econômicas e sociais dos governos Lula; até o recente Plano de Aceleração do Crescimento do governo Dilma.

Daí que a ideia de política no Brasil se ligou, nas últimas seis décadas, aos planos econômicos que prometeram e prometem fazer o País alcançar os patamares ideais do capitalismo global. Não se pode negar, pois, que, mesmo indiretamente, o pensamento econômico brasileiro, liberal ou desenvolvimentista, acabou, ao produzir suas teorias de planificação, legando à cultura política do brasileiro um certo credo de que boa política é boa política econômica. De fato o sentimento não é de todo equivocado, mas reduz muito a capacidade de se avaliar a política e os governos no que tange aos elementos de participação envolvidos no processo de avanço dos direitos, mormente os sociais. Ainda, essa maneira de pensar a política acaba por focar apenas a esfera de ação do poder da união, quando muitos dos problemas cotidianos podem ser discutidos e demandados no âmbito das milhares de cidades brasileiras, independentemente, em parte, da política econômica adotada pelo governo federal.

Outra dimensão que deve ser assinalada como herança das interpretações do Brasil à cultura política é aquela que aponta para o papel do Estado como

formador, aglutinador, organizador e orientador da sociedade. Essa concepção, em geral, parte da ideia de que o povo não está habilitado a viver o conflito e a comunhão sociais sem a orientação das elites estatais.

Essa concepção será desenvolvida quando da eclosão das facetas mais modernas do conflito ‘capital x trabalho’ no Brasil em idos de inícios do século XX. Essa corrente intelectual verá no princípio de autoridade estatal o caminho para organizar, desde o alto, a divisão social do trabalho e dos trabalhadores. Visão orgânica, muitas vezes tida como assemelhada ao modelo de integração social do fascismo europeu, irá influenciar o pensamento de intelectuais do porvir que, mesmo abandonando as facetas mais autoritárias, não abandonaram a ideia de que o Estado deve exercer papel preponderante na tutela dos cidadãos. Essa fatia de nosso pensamento propõe “implícita ou explicitamente [...] que a sociedade civil é débil, pouco organizada, gelatinosa” (Ianni, 2000, p. 57). Muitos seguirão e ainda há os que seguem essa trilha de nosso pensamento. Aqui vale apontar os seus principais formuladores: Alberto Torres (1865-1917); Oliveira Viana (1883-1951) e; Azevedo Amaral (1881-1942).

A essa concepção em que o Estado é uma espécie de “demiurgo” da sociedade (Ianni, 2000, p. 57) está relacionada a ideia de que as elites devam ser bem formadas, esclarecidas, capazes de orientar a população rumo à cidadania. Isso é, os melhores direitos não são aqueles conquistados por meio da organização civil, mas sim aqueles conferidos descendentemente, organizados desde o alto por elites tecnicamente preparadas. Nessa concepção “o estado social – inferior, decaído, atrasado – [...] deve ser modificado por meio da ação das elites”. Esse o pedagogismo que “traduz assim a noção de que o atraso da nação se deve ao despreparo da sociedade para assimilar as ideias que a conduzirão” (Lynch, 2015, p. 70-1)

Nesse instante já é possível para o leitor relacionar as frases coletadas no senso comum com os tópicos do pensamento político brasileiro que, grosso modo, sumarizamos. Os pontos de encontro são muitos, mas é sobressalente, em ambos, a ideia de que somos vítimas de um passado castrador do presente cujos efeitos não podem ser superados dado, ora nosso despreparo e atraso, ora nossa despolitização.

Como vimos não é muito diferente a ideia ignitora, e não estamos dizendo os objetivos das ações de educação política. Em todo caso estaríamos orientando bem essa prática partindo, talvez de forma inconsciente, dos mesmos supostos do senso comum, muitos deles compartilhados das e com as teses sobre o Brasil? Os próximos tópicos tentam alguma resposta a essa questão elaborando alguma compreensão do presente com sugestões para atividades de educação política.

BREVE PANORAMA DO PRESENTE

■ Desde as denominadas ‘jornadas de junho’ de 2013 é possível detectar novas nuances na cultura política, principalmente quando focamos a participação do jovem brasileiro.¹⁰ Ao que tudo indica, essa mudança se deu muito mais no campo do comportamento do que no da atitude. Isso é, muito embora não se possa dizer que a faceta mais geral da cultura política tenha mudado, em termos de ideias, não se pode deixar de considerar que houve uma importante mudança na forma de participação política dos mais jovens. Em outras palavras, parece que as passeatas, as ocupações, as mobilizações dão novo tom à participação política.

Uma recente pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)¹¹ investigou a relação dos jovens da cidade de São Paulo com a política, procurando saber o nível de confiança nas instituições, bem como o nível de participação.

Os resultados revelaram que, em geral, os jovens paulistanos confiam muito pouco nas instituições políticas. Por exemplo, a confiança nos partidos políticos não chegou a atingir 2%. Ainda, quando indagados sobre a participação regular em alguma atividade de militância em movimento político ou social, apenas 8% dos jovens responderam afirmativamente.

Apesar desse saldo negativo em relação à confiança e participação nas instituições políticas tradicionais, 41% dos entrevistados responderam ter participado de algum tipo de manifestação política na cidade.

Ainda, com resultados similares aos das pesquisas do Ibope citadas em tópico anterior, chamam a atenção na pesquisa aquelas instituições cujo percentual de confiança ultrapassa os 5%: poder judiciário (6%); polícia federal (8%) e; forças armadas (11%). Nenhuma outra instituição como, por exemplo, governo federal, congresso nacional, etc., ultrapassou 3% de positivo.

Não obstante os três pontos de erro, para cima ou para baixo, da pesquisa, os dados parecerem revelar que o jovem paulistano desconfia das instituições políticas tradicionais tais como partidos, governo, legislativo e eleições, mas isso não os impede de participar de manifestações sem “o envolvimento formal ‘em’ ou ‘com’ instituições políticas típicas; e [...] vale lembrar que o tom geral das manifestações ocorridas desde junho de 2013 era antipartidário e contra as instituições políticas tradicionais.” (Almeida; Dantas, 2015, p. 71) Ainda, o aclave no percentual de

10 Sobre o assunto ver Gohn, 2014.

11 Disponível em http://www.fespsp.org.br/upload/documentos/arq_30092014_034200.pdf>> Acessado em fev. 2016.

confiança em instituições de controle parece indicar que a atitude do jovem tende a ser de reforço da autoridade, talvez porque julgue que somente instituições como o poder judiciário e a polícia federal sejam capazes de colocar ordem naquilo que lhes parece desordenado.

Aqui retomamos o argumento de que essa cultura política não destoa muito do quadro geral que montamos anteriormente, mas o comportamento, isso é, a participação política inegavelmente mudou. Organizados de forma mais horizontal e se comunicando por meio das redes sociais os jovens, principalmente nas grandes cidades brasileiras, estabeleceram um novo protagonismo. A título de bom exemplo disso, vale lembrar o movimento de estudantes secundaristas que nos últimos meses de 2015 ocuparam escolas e impediram a iniciativa do governo paulista de reorganizar o ensino no estado sem diálogo com a sociedade.¹²

As novas formas de comunicação e organização proporcionadas pelas redes sociais podem gerar frutos positivos e delas podem sair bons debates e alguma politização. No entanto, tem sido comum na torrente de discussões políticas manifestações e expressões de ódio e preconceito. Aliás, com o clima de crise política que veio se desenhando nos últimos anos, floresceu pelas ruas, praças e redes sociais, tanto a esquerda quanto a direita, atitudes de intolerância e ódio político que demonizam os partidos, os governos, os políticos e que não aceitam o contraditório. Enfim, uma ambiência onde o debate político tem se revelado muito pouco democrático.¹³

ALGUMAS SUGESTÕES PARA PENSAR UM PLANO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA

■ Até aqui vimos que os mitos do pensamento brasileiro, bem como atitudes do senso comum, reiteram muitos dos tópicos que volta e meia se nos apresentam quando da tarefa de organizar e realizar programas e cursos de educação política. A esses tópicos devemos somar o caldo atual que vem se consubstanciando nos últimos anos: cultura de mobilização descolada das instituições políticas tradicionais; o pontilhar de movimentos organizados ao calor das discussões polêmicas

12 Ampla cobertura dos eventos está disponível em http://brasil.elpais.com/tag/movimiento_ocupa_escola/a/>> Acessado em fev. 2016

13 A internet e as redes sociais estão repletas de debates e relatos de casos do tipo. A título de alguma reflexão sobre o assunto vale a leitura do texto de opinião de Marcos Fernandes e Marco A. C. Teixeira, disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/contra-o-odio-politico-e-em-defesa-da-critica-democratica/>>> Acessado em fev. 2016.

que, ora mais, ora menos, geram manifestações de ódio e intolerância política. A educação política, pensamos, não pode se furtar aos desafios colocados pelo velho e pelo novo tempo.

Assim, sugerimos que, quando da realização de atividades, podem ser organizados debates que tenham por objetivo refletir sobre os mitos de nossa cultura política, evidenciando, por exemplo, que o ‘complexo de inferioridade’ brasileiro é resultado em parte de uma construção histórica e ideológica e não uma realidade que nos coloca abaixo de outras nações do centro capitalista. Ora, temos dificuldades, todos os países as têm, e, de diferentes formas, podem buscar caminhos próprios para superá-las.

Interessante, talvez, também seria prever para o conteúdo do curso, quando do tratamento da história e da trajetória política do Brasil, uma abordagem crítica que contribua no desvelo de mitos, tais como o do fardo do passado, do atraso, da indolência etc. Há, todos sabem, uma história do Brasil que é a de um país latino-americano que mesmo diante de todos os problemas e desigualdades construiu uma sociabilidade robusta, conquistou direitos, alcançou a democracia, cria mobilizações etc.

Além, como é comum tratar de questões institucionais tais como o funcionamento do sistema eleitoral e partidário, as relações entre poderes etc., pensamos que pode ser interessante abordar os processos e dispositivos de participação, bem como tratar das atuais mobilizações políticas, procurando compreendê-las, estimulando o debate sobre a importância da politização e da participação para além das instituições tradicionais.

Em outra frente pode-se estimular o debate sobre problemas da esfera local, apurando o olhar dos participantes para o fato de que, apesar de haver uma política econômica geral, há aspectos da vida cotidiana nos quais podemos pensar, participar e interferir.

Para o enfrentamento das questões sobre ódio e intolerância pode-se valorizar uma reflexão que vise o reconhecimento do outro, que faça compreender a alteridade e que estimule a tolerância às diferenças de classe, crença, etnia e gênero. Na mesma trilha pode-se estimular uma reflexão sobre os temas da corrupção, enganação, improbidade como fenômenos inerentes não só à realidade brasileira, pois ocorrem com maior ou menor intensidade em todas as partes do globo. Valeria, nesse ponto, uma discussão sobre valores, ética e responsabilidade como questões humanas e não somente brasileiras.

Nossa intenção aqui foi, grosso modo, fazer alguma reflexão sobre o pensamento e a cultura política no Brasil elaborando algumas sugestões para um plano

de educação política, sobretudo se voltado a participantes jovens. Evidentemente foram muitos os pontos que abrimos e poucos os que fechamos. Incorremos no perigo da receita rápida, sem muita referência à prática, mas tentamos, tão somente e por outro lado, elencar alguns tópicos da cultura política brasileira na direção de refletir sobre as possibilidades de sua reelaboração.

RODRIGO ESTRAMANHO DE ALMEIDA · Mestre e Doutorando em Ciências Sociais, é professor e coordenador de programas institucionais na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e pesquisador no Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP) da PUC-SP

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Estramano de; DANTAS, Humberto. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia. *Conexão Política*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI, 2016. (no prelo)

_____.; _____. Como a juventude se relaciona com a democracia: compreensões com base em pesquisas. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, a. 16, n. 1, p. 65-82, 2015.

ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture*. Princenton: Princenton University Press, 1963.

CARNEIRO, Leandro P.; KUSCHNIR, Karina. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, n. 24, p. 227-250, 1999.

DANTAS, Humberto. Apresentação: o caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. *Cadernos Adenauer*, São Paulo, a. 11, n. 3, p. 7-24, 2010.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. São Paulo: Vozes, 2014.

IANNI, Octávio. Tendências do pensamento brasileiro. *Tempo Social*, São Paulo, USP, n. 12, p. 55-74, 2000.

_____. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. *Sociologias*, Porto Alegre, a. 4, n. 7, jan.-jun., p. 176-187, 2002.

LYNCH, Christian E. C., Cultura política brasileira. In: *Política no Brasil*. São Paulo: Oficina Municipal, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros curriculares nacionais*, Ensino Médio, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Brasília: MEC, 1999. Disponível em: <http://www.int-soc-hist-didact.org/curricula/Brazil-EM1999.pdf>. Acesso: fev. 2016.

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: Leya, 2015.